

## A CRISE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SEU LUGAR NAS IDEIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

### THE CONTEMPORARY BRAZILIAN CRISIS AND IT'S PLACE IN THE SOCIAL AND ECONOMIC IDEAS

Valder Jadson Costa Alves<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo fazer uma análise crítica das principais correntes de interpretação da crise política e econômica brasileira, eclodida em 2013, que teve como pressuposto a crise financeira mundial de 2008. Após uma breve contextualização, será apresentado o diagnóstico e a visão ortodoxa da crise, que identificamos como a teoria advinda da Síntese Neoclássica; posteriormente a visão heterodoxa, que entendemos como a teoria Pós-Keynesiana; e por fim argumentaremos em base à Teoria Marxista sobre a crise, que entendemos não se encaixar nem na ortodoxia e nem na heterodoxia econômica. A conclusão revela um diagnóstico distinto para a crise brasileira entre as três visões uma vez que além das divergências entre economistas ortodoxos e heterodoxos, o conceito chave para a análise econômica, que para estes situa-se em torno da taxa de investimento, para os economistas “críticos da Economia Política” situa-se em torno da taxa de lucro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise Brasileira; Ortodoxia; Heterodoxia; Marxismo.

**ABSTRACT:** This article intends to make a critical analysis of the main currents of interpretation of the Brazilian political and economic crisis, which began in 2013, which had as a presupposition the world financial crisis of 2008. After a brief contextualization, the diagnosis and the orthodox view of the crisis, which we identify as the theory derived from the Neoclassical Synthesis; later the heterodox vision, which we understand as the Post-Keynesian theory; and finally we will argue on the basis of the Marxist Theory on the crisis, which we understand does not fit either orthodoxy or economic heterodoxy. The conclusion reveals a distinct diagnosis for the Brazilian crisis between the three views since, in addition to the divergences between orthodox and heterodox economists, the key

---

<sup>1</sup> Mestrando em Economia pela PUC-SP e Economista (UFC). Contato: [jadsonalves35@gmail.com](mailto:jadsonalves35@gmail.com).  
<http://orcid.org/0000-0002-2349-8169>

concept for economic analysis, which for these is situated around the investment rate, for economists "Critics of Political Economy" is centered around the rate of profit.

**KEY-WORDS:** Brazilian Crisis; Ortodox; Heterodox, Marxism.

## INTRODUÇÃO

Em maio de 2016 a presidente eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, foi afastada da Presidência da República devido a um processo de impedimento instaurado no Congresso brasileiro. A principal acusação foi a assinatura de créditos suplementares sem autorização do mesmo Congresso, medida que ficou conhecida na grande mídia como "pedaladas fiscais". Foi no ano imediatamente anterior que o país assistiu ao agravamento de uma crise política severa que se estendeu pelo ano seguinte culminando no afastamento definitivo de Dilma Rousseff em setembro. Mas afinal de contas, o que aconteceu no Brasil? A crise foi somente política, ou foi também econômica? Dilma sofreu um golpe parlamentar?

Dois conceitos-chave para a análise social e econômica são os de *infraestrutura* e *superestrutura* formulados por Marx e Engels nas obras *A Ideologia Alemã* (2009) e nos *Gundrisses* (2011). O conceito de superestrutura é referente ao conjunto de instituições e relações sociais que correspondem a um modo de produção específico em determinada época. Já o modo de produção específico de cada época corresponde a infraestrutura. Estes conceitos, apesar de formalizados resumidamente nesta introdução, são bastante polêmicos e terão tratamento mais adequado na primeira seção deste artigo. No entanto, no sentido de mantermos a linha de raciocínio, podemos dar como exemplo para análise a sociedade europeia feudal.

As relações de suserania e vassalagem, apoiadas no poder da Igreja, que justificava a diferença entre senhores feudais e servos pela vontade divina, conformavam a superestrutura daquele período, ou seja, os elementos fundamentais das relações sociais da época. Já a organização da terra entre a parte correspondente ao senhor feudal,

terras comunais e terra livre/de caça que davam base a transferência do excedente agrícola através de impostos pagos aos senhores feudais e ao Clero, por parte dos servos, conformava a infraestrutura do período em questão, ou seja, as relações específicas de produção que garantiam a reprodução daquela sociedade.

Atualmente, a superestrutura do capitalismo refere-se principalmente, mas não somente, às instituições, aos três poderes de governo e ao Estado, enquanto que a infraestrutura refere-se à organização da produção e às relações trabalhistas entre patrões e empregados na produção e distribuição do excedente.

Uma vez que a superestrutura de um sistema econômico corresponde a sua infraestrutura, ou seja, que as relações sociais e as instituições conseguem ordenar, consolidar e proporcionar desenvolvimento a um modo de produção compatível com esta, crises superestruturais – crises políticas –, que impliquem na infraestrutura – que afetem o funcionamento da economia –, só podem ser solucionadas vislumbrando ambos os campos, dado que seguem uma relação dialética em que base e superestrutura alimentam-se mutuamente, até que haja uma nova ruptura que provoque novo processo de adaptação e, conseqüentemente, gere um novo equilíbrio entre as mesmas. Ou seja, solucionar a crise política brasileira pressupõe solucionar também, e principalmente, sua crise econômica, dado que, inclusive, partimos da hipótese de que foi a crise econômica que gerou a crise política brasileira.

Isso não quer dizer que o fator econômico seja o único determinante para uma crise social, no entanto, será sempre o principal, pois é em base a uma organização econômica dada que os humanos constroem suas relações, sobretudo quando falamos de um sistema que se baseia na racionalidade, como é o caso do sistema capitalista. Mas se partimos da hipótese de que a crise política atual é um reflexo da crise econômica, de qual crise econômica estamos falando?

Em 2008 o mundo entrou em crise e recessão a partir da insolvência dos títulos relativos ao crédito *subprime*<sup>2</sup> utilizado para financiar a expansão do setor imobiliário

---

<sup>2</sup> Crédito oferecido a clientes sem bom histórico de pagamento. Aqui se pode encontrar a definição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)  
<[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2156:catid=28&Itemid=23)>

estadunidense. Dada a interligação das praças financeiras mundiais e a própria desregulamentação do mercado financeiro internacional desde meados da década de 1970 (CHESNAIS, 2005), a crise contagiou o mundo inteiro gerando consequências desastrosas para o financiamento de empresas e governos que dependiam da liquidez<sup>3</sup> advinda do mercado financeiro internacional. A crise econômica mundial de pronto foi sentida no Brasil, pois de uma expansão do PIB em 2008 de 5,2% apresentou uma retração de -0,2% em 2009.

Apesar desse primeiro impacto, em comparação com as outras economias nacionais a economia brasileira foi das que menos sentiu a crise e das que mais rápido recuperou-se, apresentando já em 2010 um crescimento de 7,5%<sup>4</sup>. Para que pudesse ser alcançado esse resultado, um conjunto de medidas anticíclicas, de inspiração keynesiana, aliado a um contexto internacional específico favorável, foi aplicado pelo Governo Federal tendo a frente ainda o então Presidente Lula. Porém, embora o país tenha tido esse exemplar resultado em 2010, a tendência do PIB foi de decréscimo nos anos seguintes, o que suscitou o debate sobre a efetividade das políticas econômicas e fiscais aplicadas desde então e de mudanças nos rumos da política econômica nacional.

Dentro desse contexto esboçou-se a crise política brasileira, crise esta que veio à tona primeiro na onda de protestos de 2013, conhecida como "jornadas de junho", que de maneira difusa questionou o regime político e as medidas tomadas pelo Governo e pelo Congresso. O agravamento da crise política e da crise econômica se deu em 2016 culminando no desfecho já mencionado no início dessa introdução, embora a ainda não tenha se estabilizado mesmo após a posse do vice-presidente Michel Temer.

Este artigo tem como objetivo analisar, dentro de uma perspectiva crítica, as correntes de interpretação da crise econômica brasileira contemporânea, a partir de 2011, e suas consequências na crise política iniciada em 2013. Para tanto, será esboçada a

interpretação econômica tida como ortodoxa, que no nosso entendimento refere-se à

---

<sup>3</sup> Aqui se entende por liquidez a oferta de crédito nas praças financeiras internacionais que inanciam a atividade produtiva mundial.

<sup>4</sup> Foi o maior crescimento do PIB em 24 anos

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303\\_pib\\_2010\\_rp.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/03/110303_pib_2010_rp.shtml)

interpretação advinda da base analítica da Síntese Neoclássica, constituída a partir das ideias de Hicks (1965), Hansen (1960) e Samuelson (1967); e a interpretação heterodoxa, que identificamos com base nas ideias pós-keynesianas, ideias estas sintetizadas por autores como Marc Lavoie (1992), Victória Chick (1993) e David Dequech (2007). Faremos um contraponto a estas ideias a partir de uma interpretação marxista que não se encaixa nem na ortodoxia e nem na heterodoxia econômica pela distinção, tanto de seus objetivos, mas principalmente de seu método de análise e seus conceitos que culminam em um diagnóstico diferente sobre a crise brasileira e sobre as possibilidades de solução da mesma.

Além desta introdução o artigo é dividido em mais seis partes. Na primeira discute-se de forma mais aprofundada os conceitos de infra e superestrutura, delimitando o ponto de vista que assumimos neste trabalho e esclarecendo porque acreditamos que a crise política atual é reflexo da crise econômica. Na segunda parte veremos com mais detalhes a dinâmica da crise internacional e seu reflexo no Brasil. Na terceira apresenta-se uma síntese da visão ortodoxa e heterodoxa sobre a crise e discutimos porque separamos a escola marxista do conjunto das ideias heterodoxas. Na quarta será construída a análise da crise econômica brasileira a partir da escola marxista. Na quinta a análise da crise política no país. Na sexta e última seção apresenta-se as conclusões relativas à dinâmica de ambas as crises.

## **INFRAESTRUTURA E SUPERESTRUTURA, UMA DISCUSSÃO POLÊMICA**

Dadas as bases do materialismo histórico e dialético por Marx e Engels em suas obras citadas na introdução, houve uma revolução científica quanto ao modo de tratar os componentes sociais pelos pesquisadores. Seja em acordo total, parcial, ou em desacordo, praticamente a totalidade dos cientistas sociais tratou da questão metodológica do marxismo e de suas conclusões, sendo parte fecunda deste debate as discussões em torno da sociedade analisada a partir da abstração "base" e "superestrutura".

Como adiantado na introdução, para Marx e Engels a base material é o apoio, ou o

suporte sobre o qual emerge um conjunto de relações sociais. Uma vez estabelecida uma determinada base econômica e se maturado uma superestrutura, uma passa a alimentar a outra em um todo dialético, entendo aqui por dialética a relação entre forças contraditórias e complementares ao longo do tempo que, após mudanças quantitativas, podem chegar à mudanças qualitativas, ou seja, da disputa de hegemonia entre forças contraditórias e complementares, ainda que uma delas seja dominante, a relação material no tempo vai acumulando mudanças que podem suprimir ambas as forças na construção de uma terceira, a chamada síntese resultante da relação entre a tese e antítese.

Discutir a abstração entre base e superestrutura no entendimento das sociedades humanas não se trata de mero academicismo ou discussão infértil. Uma vez que a ciência pode ser descoberta por diversos métodos, quanto mais a mesma se desenvolve e requer maior especialização para continuar se desenvolvendo, mais a questão do método de análise e pesquisa torna-se importante. Isso quer dizer que há diferenças profundas entre as formas de ver o mundo – epistemologia – entre pesquisadores que: analisam a sociedade a partir da base e da superestrutura; entre os positivistas que darão atenção à lógica e à razão em um sentido formal e acreditam que a evolução da sociedade se dá quanto mais o conjunto dela desenvolver a racionalidade humana – uma visão que podemos enquadrar como idealista, no sentido de que a mudança parte das ideias –; entre os que entenderão a sociedade como algo resultante de um conjunto de forças complexas que precisam ser analisadas de forma particular e em sua dinâmica, etc.

Cada forma de ver e entender o mundo, e de, portanto, analisá-lo, poderá refletir em conclusões distintas e divergentes sobre os movimentos da sociedade, daí a importância de estabelecer o método com que se trabalha. Como já afirmado neste trabalho, partimos da metodologia do materialismo histórico e dialético e entendemos a sociedade dividida em duas abstrações – dois recortes no pensamento, dois pontos de vista – a base, ou infraestrutura, e a superestrutura erguida sobre esta base.

Este conceito é polêmico e já recebeu diversas formas de tratamento mesmo entre os pesquisadores marxistas. Grosso modo, há quem julgue que enxergar a sociedade

dividida dessa maneira trata-se de uma forma já superada de análise, há quem parta dessa forma de análise e acredita complementá-la e há aqueles que julgam que as proposições de Marx e Engels, muitas vezes não entendidas ou intencionalmente distorcidas, continuam válidas até hoje. Encaixamo-nos neste terceiro caso.

Utilizando autores como Willians (2011), concordamos com o ponto de vista do autor ao falar sobre o método de Marx e Engels quando afirma que *“a base” é a existência social real do homem. “A base” são as relações reais de produção que correspondem a uma fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. “A base” é um modo de produção em um determinado estágio de seu desenvolvimento* (WILLIANS, 2011, p.46). Ou ainda quando fala que *então, devemos dizer que quando falamos de “base”, estamos falando de um processo, e não de um estado. E não podemos atribuir a esse processo algumas propriedades fixas a serem posteriormente traduzidas aos processos variáveis da superestrutura* (idem, p.47).

Para nós a chave do entendimento da relação entre base e superestrutura está quando entendemos que a consciência possível é dada pelas condições da base econômica, por mais que as forças, em disputa dialética para a consolidação da ideologia dominante, possam dar os rumos de mudanças tanto na superestrutura como na infraestrutura. Afirmamos isso baseado na argumentação de Engels em carta endereçada à J. Bloch:

[...] Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese em uma frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige, etc., as formas jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exerce sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. **Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico.** Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro

grau. Nós mesmos fazemos nossa história, mas isso se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância." (ENGELS *apud* PEÑA, 2014, grifos nossos)

Sendo assim, não há uma relação determinística e nem estática da base em relação à superestrutura. No entanto, há a primazia da primeira em relação à segunda por ser quem condiciona, embora a segunda possa assumir múltiplas formas e gerar mudanças na primeira em um sentido dialético. Embora saibamos das disputas pelo poder pelas diversas frações burguesas no Estado brasileiro, a sorte de uma em relação à outra, a nosso ver, é reflexo das mudanças na base econômica e das crises do capitalismo brasileiro. É por esse motivo que acreditamos que a crise política iniciada em 2013, e tendo chegado a um ponto crítico em 2016, é consequência da crise econômica mundial de 2008 que refletiu no Brasil a partir de 2011.

## DA CRISE MUNDIAL À CRISE BRASILEIRA

A crise financeira americana que impactou todo o mundo, veio à tona com a declaração de falência do Banco *Lehman Brothers* em setembro de 2008. Após isso, nos meses que se sucederam, a inconsistência do valor dos ativos financeiros marcaram a normalidade dos mercados com grandes oscilações da cotação do dólar, corrida bancária a alguns bancos<sup>5</sup>, fuga de capitais de empresas e países, além de uma crise de liquidez internacional que afetou governos e empresas, pondo em cheque a estabilidade sistêmica não somente do mercado financeiro, como também de empresas não financeiras, dado que o crédito é peça chave para o funcionamento da atividade produtiva (MARX, 2014). A turbulência americana teve um prólogo que, embora não seja objeto deste artigo analisá-lo em seus pormenores, será esboçado no sentido apenas de contextualizar a discussão

---

<sup>5</sup> A corrida bancária a bancos ingleses e americanos ocorreram antes de 2008, a quebra do *Lehman Brothers* foi apenas o reflexo de uma crise já generalizada no setor bancário. Pode-se acompanhar a linha do tempo dos antecedentes da crise de 2008 aqui <[http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080929\\_crise\\_timeline\\_dg.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/09/080929_crise_timeline_dg.shtml)>



que embasará as construções teóricas das próximas seções.

Desde as mudanças institucionais de liberalização e desregulação dos mercados ocorridas em todo o mundo ao longo da década de 1970, mas tendo a frente os Estados Unidos e a Inglaterra (SAUVIAT, 2005), a economia mundial segue de crise em crise, contrastando com o período imediato do pós-guerra conhecido na literatura como “anos gloriosos” (CARVALHO, 2007 e EICHENGREEN, 2000). A crise financeira americana de 2008 foi antecedida pela crise das empresas de alta tecnologia, conhecidas por “pontocom” em 2000. Em março daquele ano, as cotações destas empresas despencaram na Associação Nacional de Corretores de Títulos de Cotações Automáticas (NASDAQ, sigla em inglês), segunda maior bolsa de valores dos Estados Unidos, conhecida por negociar ações de empresas ligadas ao setor de tecnologia, informática e biotecnologia.

Esta bolha especulativa levou a economia estadunidense quase à estagnação, pois de uma taxa de crescimento do PIB em 2000 de 5% passou para 0,3% em 2001, o que mudou os rumos da política fiscal e monetária americana nos anos seguintes. O Banco Central dos Estados Unidos (*Fed*, sigla em inglês), aplicou uma política de expansão monetária que fez cair a taxa básica de juros de quase 6% em 2001 para 1% em 2004. O crédito dobrou, saltando de 3,5 trilhões para mais de 7 trilhões de dólares<sup>6</sup>, fazendo com que a economia dos EUA voltasse a crescer puxada, entre outros ramos, pelo setor imobiliário. De outro lado, as relações entre os bancos privados, as agências de governo e as empresas *Federal National Mortgage Association (Fannie Mae)* e *Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac)*<sup>7</sup>, criaram uma nova bolha especulativa, desta vez no mercado imobiliário.

Com expansão da demanda a partir do crédito *subprime* e valorização fictícia – especulativa – nos mercados de derivativos internacionais, a prática de tomar empréstimos hipotecando residências com contratos a juros pós-fixados tornou-se

---

<sup>6</sup> Dados disponíveis pelo Instituto de Pesquisa do Banco Central Americano, sede regional de Saint Louis-Missouri <<https://fred.stlouisfed.org/series/TOTLL>>

<sup>7</sup> Empresas responsáveis pela posse de metade das hipotecas dos Estados Unidos, veja mais em <<http://m.folha.uol.com.br/mercado/2011/03/891750-pivos-da-crise-de-2008-fannie-mae-e-freddie-mac-vendem-ativos.shtml?mobile>>

corriqueira e as dívidas daí geradas alimentaram o mercado de derivativos<sup>8</sup>. O risco de inflação<sup>9</sup> aliado ao baixo crescimento da economia americana fez com que o *Fed* voltasse a aumentar a taxa básica de juros para mais de 5% em 2006 e assim a manteve até 2008.

Uma vez que a expansão do setor imobiliário já dava sinais de esgotamento e que a alta dos juros impossibilitou a rolagem das dívidas – as parcelas dos empréstimos passaram a crescer mês a mês de acordo o aumento da taxa de juros –, a inadimplência cresceu fortemente desvalorizando de súbito os títulos financeiros e questionando a própria credibilidade das maiores agências de risco americanas, *Standard&Poor's*, *Ficht Ratings* e *Moody's*, que avaliavam o Banco *Lehman Brothers* como confiável para investimento à véspera de sua bancarrota.

Os "títulos podres", como ficaram conhecidos os pacotes contendo títulos tradicionais e *subprime* ofertados pela empresas *Fannie Mae* e *Freddie Mac* no mercado financeiro, já estavam nas carteiras dos principais bancos, grupos de investimento e empresas do mundo todo, sua desvalorização súbita foi sentida em todo o globo gerando todos os efeitos citados no início desta seção. No Brasil, a primeira empresa a anunciar prejuízo diretamente ligado à crise especulativa americana foi a Sadia, logo seguida de outras empresas. Porém, o principal impacto foi o da crise de liquidez, dado que o financiamento externo correspondia, à altura, a 25% da oferta de crédito no país<sup>10</sup>.

O governo brasileiro respondeu a crise de 2008 com uma mudança na política monetária e fiscal que estimulou a economia doméstica, a ideia era combater os efeitos da crise a partir da expansão do mercado interno. Entre as medidas tomadas pelo governo estava a redução da alíquota do depósito compulsório dos bancos, redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), alterações no formato de cobrança do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e estímulo ao crédito a

---

<sup>8</sup> Mercados secundários em que se negociam títulos de dívidas públicas e privadas. As dívidas do setor imobiliário americano foram negociadas, passando por vários bancos, empresas e instituições financeiras, contagiando assim todo o mercado financeiro.

<sup>9</sup> A taxa de inflação americana, medida pelo IPCX, chegou a 3,2% em 2005 ante a 1,6% em 2002.

<sup>10</sup> Dados disponíveis em <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo-depois-da-crise-de-2008.html>>

partir dos bancos públicos.

Essas medidas, aliadas ao contexto internacional de crescimento da demanda por *commodities* puxada pela China e da entrada de capitais externos a partir do bom desempenho da economia nacional, fez com que o Brasil, de uma taxa de crescimento do PIB de -0,2% em 2009 chegasse a 7,5% em 2010. No primeiro governo Dilma (2011 a 2014) essas medidas foram aprofundadas a partir de desonerações fiscais, continuação de projetos de infraestrutura, diminuição da taxa de juros e aumento do crédito a partir dos bancos públicos comerciais e do BNDES, principal banco de desenvolvimento do país. No entanto, apesar da continuidade e aprofundamento dos estímulos, a economia brasileira passou a desacelerar chegando a crescer somente 0,5% em 2014 e caindo -3,8% em 2015 (IBGE, 2016).

Diante do desempenho econômico do Brasil pós 2010, a discussão política e acadêmica se intensificou sobre o porquê da economia brasileira não dar sinais de recuperação, dado que pelo contrário, da semi-estagnação de 2011 a 2014, em 2015 entrou em recessão. Economistas tanto ortodoxos como heterodoxos passaram a criticar as medidas tomadas no governo Dilma com propostas distintas para saída da crise, propostas estas que serão debatidas em maiores detalhes na próxima seção. É importante frisar que não somente o Brasil seguiu com baixo crescimento no período, pois além da diminuição do crescimento chinês, a economia mundial também oscilou entre recessão e estagnação.

## A INTERPRETAÇÃO ORTODOXA E HETERODOXA PARA A CRISE NACIONAL

O mau desempenho da economia brasileira após 2010 suscitou diversos debates políticos e acadêmicos em torno da eficácia das políticas econômicas e fiscais adotadas pelo governo Dilma. Como forma de combater a crise, o governo havia aprofundado a intervenção do Estado na economia com o intuito de induzir o investimento e, por consequência, o crescimento econômico.

Algumas das medidas adotadas foram: desonerações fiscais que visavam manter

ou melhorar a competitividade da indústria, instituição de medidas como o Programa de Proteção ao Emprego, ampliação dos investimentos em infraestrutura através do segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), disputa travada com os grandes bancos privados para baixar a taxa de juros a partir do poder de mercado dos bancos públicos, desvalorização do câmbio, expansão dos investimentos na educação a partir do financiamento público de grupos privados do ensino superior, criação e ampliação de universidades públicas e institutos de tecnologia, pressão direta sobre as direções das empresas Petrobras e Vale do Rio Doce para que aumentassem seus investimentos no país, além de outras tantas medidas de incentivo à aceleração econômica.

Apesar de todo o esforço a economia continuou decrescendo e as iniciativas estatais, que por um lado evitaram que a economia brasileira despencasse de forma abrupta, foram incapazes de estimular o investimento privado, resultando apenas em déficit público e aumento da inflação.

Fica então a pergunta, o que deu errado? Embora tenha havido uma miríade de interpretações, a dinâmica da polarização da disputa política dividiu os economistas em dois grandes, amplos e velhos conhecidos campos: ortodoxia e heterodoxia econômica. Entre cartas abertas, abaixo-assinados, troca de acusações e até insultos pessoais, os jornais estiveram repletos de opiniões sobre o que o Governo fazia de errado, sobre o que deveria fazer e sobre qual lado o mesmo deveria escutar. Mas do que trata exatamente a ortodoxia e heterodoxia na economia? Segundo o economista canadense pós-keynesiano Marc Lavoie, a heterodoxia pode ser descrita da seguinte forma:

A economia pós-keynesiana é uma das muitas escolas heterodoxas de pensamento. Dentro desse rótulo heterodoxo, de que a maioria dos membros se opõe claramente à economia neoclássica, encontramos marxistas, sraffianos (também chamados neorricardianos), neoestruturalistas (sobre questões de desenvolvimento), institucionalistas, Escola Francesa da Regulação, economistas humanistas ou sociais, comportamentais, schumpeterianos (também chamados Evolucionistas), economistas feministas, e muito mais.

A economia heterodoxa é submetida a duas forças opostas. Em primeiro lugar, as escolas heterodoxas sofrem a implosão geral da ciência e, em particular, da Economia. **Cada abordagem heterodoxa tende a enfatizar questões particulares em**

**um esforço para se distinguir de outras abordagens. Embora as escolas heterodoxas sejam todas rivais, elas são, no entanto, complementares, visando um aspecto particular da economia.**

Segundo, há também uma contra-tendência para a unidade entre escolas heterodoxas, talvez como resultado de seu status de minorias em perfil. De fato, muitos estudiosos heterodoxos buscaram interações e unidade entre as abordagens. Isto é particularmente verdadeiro para os pós-keynesianos e os neo-radicais americanos (marxistas), que trabalham na macroeconomia e na teoria monetária. (...) (LAVOIE, 2006, p. 1, grifos nossos, tradução nossa)

Seria, portanto, um conjunto de escolas que se contrapõem à ortodoxia econômica, esta última sendo vista como sinônimo, atualmente, de escola neoclássica. Ainda segundo o autor:

Os próprios economistas neoclássicos frequentemente se referem ao princípio da maximização restrita como um tema unificador e, sem dúvida, é um componente central da abordagem. Até recentemente, poderíamos afirmar que o princípio dos retornos decrescentes, tão consagrado nos ensinamentos microeconômicos, era um elemento central da economia neoclássica. Ainda, os novos modelos neoclássicos de crescimento endógeno assumem retornos decrescentes. (LAVOIE, idem, 2-6 p., tradução nossa)

No decorrer de sua obra Lavoie explica as divergências entre ortodoxia e heterodoxia a partir de cinco paradigmas, são eles: epistemologia, ontologia, racionalidade, foco de análise e política central. Já outros autores, que têm suas contribuições reunidas e detalhadas no trabalho de dissertação de Flávia Carrasco Rubio (2012) apontam que o fator divisor de águas entre heterodoxia e ortodoxia é a metodologia de investigação. Há uma série de autores que buscam definir o que é ortodoxia e heterodoxia econômica. Todos, no entanto, convergem para definir ortodoxia como o atual *mainstream*, a escola neoclássica e, a partir daí, definem heterodoxia como negação à primeira. Para outro autor, o brasileiro David Dequech, encontramos:

Se se define ortodoxo com base em critérios intelectuais (referentes à idéias teóricas, metodológicas e políticas comuns à mais recente escola dominante de pensamento), então a definição de economia heterodoxa em oposição aos ortodoxos implica logicamente a adoção de critérios intelectuais também. A economia heterodoxa seria assim definida pela divergência de pelo menos algumas das principais idéias ortodoxas. **Ao contrário da economia ortodoxa, a economia heterodoxa como categoria intelectual, não necessariamente tem características compartilhadas metodológicas, teóricas ou políticas que são**

**aceitas por todos os dissidentes ortodoxos em qualquer ponto específico.** (DEQUECH, 2007, p. 294, tradução nossa, grifos nossos)

Para estabelecermos a diferença entre ortodoxia e heterodoxia, bem como defini-las, neste trabalho encaramos a problemática sob duas frentes. Antes de estabelecermos estas, no entanto, precisamos discutir o porquê do conceito. Partimos do entendimento que para se agrupar um conjunto de ideias, estas precisam ter algo em comum para que possam assim ser representadas por um mesmo denominador. Quando se fala do conjunto das ideias ortodoxas, não se está falando que são todas iguais, mas que há algo que as unifica, ou que é comum a todas elas.

Em acordo com a maioria dos autores que tentam classificar as escolas, não há grande dificuldade em definir a ortodoxia econômica, ao passo que isso se segue com a heterodoxia. Isso ocorre porque as escolas que, em geral, se aceitam como ortodoxas, possuem uma mesma base metodológica e epistemológica, ou seja, não somente o mesmo método de se fazer ciência como a mesma visão de mundo. Quanto à heterodoxia, a visão geral que se tem é que esta agrupa tudo que não faz parte da ortodoxia, como vimos nas citações acima. No entanto, isso reflete a ausência de um denominador comum entre as escolas tidas como heterodoxas. Como partem de bases metodológicas e epistemológicas distintas – como maior exemplo podemos citar a escola keynesiana e a marxista – não há um denominador comum que as represente teoricamente.

Pode até ser que politicamente, seguindo nosso exemplo, keynesianos e marxistas defendam uma mesma posição tática, mas quanto ao fazer ciência não há nada em comum. É neste sentido que a palavra heterodoxia, enquanto conceito que representa teoricamente um conjunto de escolas, se torna tão problemática quando tenta juntar pensamentos tão divergentes. O conceito de heterodoxia, quando usado neste sentido, perde sua validade e sua utilização não implica em nada.

Um exemplo prático disso é que o debate entre as alternativas ortodoxas e heterodoxas sempre esteve ligado a algum pensamento derivado da escola clássica e da escola keynesiana respectivamente. Nunca houve momento em que o marxismo falou em nome de todos os heterodoxos, ao passo que a regra foi este lugar sempre ter sido

ocupado pelo keynesianismo. Na prática, além do conceito de heterodoxia não ter valor científico para o que se propõe, historicamente serviu para marginalizar o marxismo do

debate polarizando apenas as ideias neoclássicas e keynesianas e dando aparência de não haver uma terceira visão. Se formos pegar a visão histórica da ciência econômica latino-americana sob o ponto de vista do antropólogo argentino Federico Neiburg, este falará:

Nas últimas décadas do século XX, brasileiros e argentinos experimentaram repetidas crises e terapias monetárias. À medida que o valor do dinheiro se transformava em um dos principais motivos de preocupação coletiva, instâncias-chave de decisão no plano estatal e lugares cada vez mais destacados no espaço público passaram a ser ocupados por economistas – esses intelectuais raramente identificados como tais pelos intelectuais que estudam intelectuais. **Os modernos *money doctors* auto-indentificavam-se e eram reconhecidos como “heterodoxos”. Procuravam legitimar suas terapias de estabilização com base em princípios diferentes dos que justificavam as fórmulas implementadas até então, afim de evitar alguns de seus “efeitos colaterais negativos”, como a recessão e o desemprego.** Para tanto, puseram em prática dispositivos que implicavam alterações radicais nas “regras do jogo” da economia, estabelecendo, entre outras medidas, congelamento de preços, revisões gerais de contratos e a mudança das moedas nacionais (na Argentina, o primeiro plano heterodoxo determinou, em junho de 1985, o fim do peso e sua substituição pelo austral; no Brasil, em fevereiro de 1986, o cruzeiro cedeu lugar ao cruzado). (NEIBURG, 2004, p. 178, grifos nossos)

Uma vez feito esses apontamentos a respeito do porque de um conceito e de como se definir um conjunto de ideias, agora partiremos para as duas formas de encarar o debate da diferença entre ortodoxia e heterodoxia. A primeira frente segue as definições usuais baseadas no significado grego das palavras, que possuem seu sentido derivado da concepção religiosa, que aponta o ortodoxo como clássico, estrito, continuador de uma linha tradicional e centralizada em seus princípios ou dogmas; ao passo que heterodoxo é o que diverge ou questiona essa linha. A segunda frente refere-se à questão metodológica e epistemológica das escolas.

As diferenças epistemológicas e metodológicas dentro do arcabouço teórico que tenta se agrupar sob o conceito de heterodoxia são imensas. Enquanto o marxismo diferencia-se das demais escolas heterodoxas pelo seu método específico de análise, este entende o foco das relações sociais e produtivas do capitalismo em torno da taxa de lucro, enquanto os keynesianos, por exemplo, focam na taxa de investimento. Isso não quer dizer que autores marxistas não possam usar conclusões parciais de autores keynesianos, ou vice e versa, ao fazerem ciência, aliás, historicamente, a elaboração da teoria marxista

parte da crítica à escolas já estabelecidas.

O que precisamos deixar claro, quanto a esse aspecto, é que para a diferenciação do marxismo do conjunto das escolas heterodoxas, a metodologia de análise é ponto central. Quanto aos objetivos das escolas é pertinente considerar que, enquanto o conjunto das escolas heterodoxas elabora uma "economia crítica", o marxismo se propõe a "criticar a economia política", objetivo divergente do grifado na citação de Neiburg, por exemplo.

Neste trabalho defende-se a ideia que o método de análise é o fator crucial para agrupar as escolas, pois ao passo que este é resultado de uma forma subjetiva de ontologia e epistemologia, ou seja, a metodologia estará de acordo com a visão de mundo e visão de ciência de cada autor, somente o rigor metodológico é capaz de alcançar resultados comuns, possibilitando assim o enquadramento de correntes diversas em um mesmo campo. Uma vez que as correntes utilizam métodos distintos, a probabilidade de conclusões distintas é bastante elevada, tendo sido a regra na historiografia econômica.

Temos a ortodoxia, então, como sinônimo de escola neoclássica, não porque não haja outras escolas que componham este campo, mas porque a base metodológica é a mesma, o que faz com que as escolas apenas se complementem e suas divergências sejam pontuais. Do mesmo modo, o conjunto de escolas citadas por Lavoie, Dequech e outros, que compõe a heterodoxia, também possuem a mesma base metodológica, seja especificamente o mesmo método positivista de Keynes, seja o pluralismo metodológico que Lavoie defende. Do mesmo modo que hoje se entende ortodoxia por escola neoclássica, como a principal escola desse conjunto de correntes, entendemos heterodoxia, portanto, como escola pós-keynesiana, a principal representante do conjunto das escolas heterodoxas. Nas palavras de Lavoie:

A última característica da teoria pós-keynesiana é o pluralismo - isto é, o pluralismo de ideias e métodos. Os pós-keynesianos saúdam as contribuições de outras abordagens e escolas. Por exemplo, os pós-keynesianos estão abertos às

ideias dos economistas humanistas sobre a teoria do consumo, ou os dos economistas institucionalistas sobre a teoria da firma.

Assim como os economistas pertencentes à escola francesa de regulação ou à escola das convenções francesas, os pós-keynesianos derivam de uma variedade



de fontes: de economistas como Marx, Keynes, Kalecki, Kaldor, Leontief, Sraffa, Veblen, Galbraith, Andrews, Roegen, Hicks ou Tobin, ou de outras disciplinas (sociologia, história, ciência política, psicologia e antropologia). O tema unificador é que a verdade pode assumir várias formas. Todos os métodos, formais ou literários, são aceitáveis. (LAVOIE, idem, p. 18, tradução nossa)

Oposta a essas duas metodologias, ortodoxa e heterodoxa, está a escola marxista. O marxismo, antes de um posicionamento político específico é um método de análise, método esse forjado a partir da ontologia e epistemologia de Marx e Engels. A espinha dorsal do marxismo é o materialismo histórico-dialético. É por esse motivo, por uma questão de método, que as três grandes visões da economia: ortodoxa, heterodoxa e “crítica da economia política”, têm análises diferentes, chegam a conclusões diferentes e fazem propostas também diferentes para a crise brasileira e mundial.

Sabe-se que, como afirmou Lavoie, vários autores marxistas reivindicam o título de heterodoxo. No entanto, em nosso entendimento, a condição principal para definir um teórico é seu método de pesquisa. Uma vez que o modo de fazer ciência entre as escolas heterodoxas diverge, não há sentido em se reunir em um mesmo conceito escolas tão divergentes. Isso não implica que os autores não possam embeber-se de apontamentos feitos por autores de outras escolas. Marx fez isso ao criar o materialismo histórico dialético a partir da crítica à economia política, ao socialismo utópico e à dialética hegeliana. Resumindo, as conclusões dos teóricos são geradas a partir de seus métodos, porém nada impede que a conclusão de um possa ser usada como hipótese para a pesquisa de outro.

Neste trabalho entendemos que os autores que utilizam a base metodológica do materialismo histórico dialético não se enquadram na heterodoxia econômica, por mais que utilizem conclusões de escolas heterodoxas como hipótese ou como pressuposto, porque não há sentido em se juntar escolas de metodologias tão diferentes e antagônicas em um mesmo conceito. No entanto, é fato que o termo heterodoxia possui legitimidade social enquanto tal, portanto, entendemos que heterodoxia refere-se a determinadas escolas, principalmente a pós-keynesiana, diferentes do marxismo por uma questão de método.

Voltando a tratar da diferença entre ortodoxia e heterodoxia, há um fator

importante que une os teóricos dessas duas correntes e que não se trata de método. A abordagem centrada na taxa de investimento. Para ambas as visões, embora concordem que a taxa de investimento é determinada pela taxa de lucro, seja pela “lei dos retornos decrescentes” para os neoclássicos, ou pelo “princípio da demanda efetiva” para os keynesianos, o objetivo final de suas análises é como manter alta a taxa de investimento, só posteriormente começam a divergir.

Para os marxistas, o ponto nevrálgico do modo de produção capitalista está na taxa de lucro, esta sendo influenciada, entre outros fatores, pela taxa de investimento. Portanto, uma vez que a saída para a crise apontada tanto por ortodoxos e heterodoxos é em como reativar o investimento, para os marxistas é como livrar a humanidade das contradições do capital e suas consequências, que fazem da manutenção da taxa de lucro o elemento mais importante da sociedade burguesa.

A escola neoclássica afirma que só um ambiente estável, com mercados em equilíbrio, mínima intervenção estatal, junto a agentes dotados de informação e racionalidade, podem fazer com que os empresários invistam, dado que estas condições permitem o cálculo econômico. Já a escola keynesiana, identificando falhas no funcionamento do mercado e enxergando tendências desestabilizantes, afirma que a economia capitalista precisa da regulação estatal.

Os keynesianos que são mais ligados à ortodoxia, também chamados de novos keynesianos, falam de instituições sólidas de regulação autônomas; já os keynesianos mais ligados à heterodoxia, pós-keynesianos, afirmam a importância da intervenção direta do Estado para evitar o caos econômico, seu principal papel seria induzir o investimento de forma a garantir a demanda efetiva. Segundo Lavoie:

Inspirados em Keynes, os pós-keynesianos vêem o capitalismo como um sistema que incentiva a iniciativa e a inovação. Pode ser um sistema econômico eficiente, desde que apoiado pelo Estado e pelas instituições democráticas capazes de

resolver as suas deficiências e os seus excessos, nomeadamente no que se refere à distribuição de rendimentos e à prestação de serviços públicos e infra-estruturas públicas a todos os estratos da sociedade. (LAVOIE, *opcit*, p. 131, tradução nossa)

Ao enxergarem a crise brasileira sob a ótica do investimento, neoclássicos dirão

que o governo Dilma errou ao intervir na economia modificando a expectativa dos agentes e provocando déficit público e inflação. Uma vez que o governo foi o principal responsável pelo desequilíbrio econômico, deve ser o primeiro a ajustar-se às leis do mercado para que a economia como um todo volte ao equilíbrio, daí a necessidade de um ajuste fiscal e das privatizações de empresas públicas, pois estas, além de deixarem de ser um custo ao Estado e passarem a seguir estritamente as leis do mercado, também deixarão de ser um instrumento de intervenção na economia.

Para os pós-keynesianos as políticas de fomento foram acertadas em princípio, mas mal aplicadas. O Estado deve induzir a economia, mas o governo o fez de modo bastante passivo, no sentido apenas da Síntese Neoclássica de possibilitar o crescimento do investimento a partir somente de políticas monetárias e fiscais, ou seja, concentrando esforços em desonerações, aumento do crédito e baixa dos juros ao invés de investir diretamente. O governo brasileiro deveria ter sido mais ativo, principalmente a partir do investimento estatal em infraestrutura.

Uma vez dado os diagnósticos do porque da atual situação brasileira, ortodoxia e heterodoxia também divergirão quanto às formas de sair da crise e voltar a crescer a economia. A chave está no mercado de trabalho. Enquanto ortodoxos defendem um ajuste estrutural da economia a partir da redução de salários e contratos flexíveis, o que resultará, além da baixa salarial, em perda de direitos trabalhistas sob a justificativa de diminuição de custos e aumento da competitividade; heterodoxos defendem uma política de defesa da empregabilidade podendo contar, até, com aumentos nominais de salário, fator fundamental para a manutenção da demanda efetiva. Neste aspecto, a inflação em si não seria problema enquanto estiver controlada.

Enquanto esse debate ocorre no país, já tivemos uma presidente impedida, a posse de um presidente interino sem popularidade e base social, a queda de seis ministros da nova equipe do executivo acusados por denúncias de corrupção e a sociedade brasileira vive momentos intensos de greves, protestos, ocupações e indefinição política, apesar da situação oscilar entre momentos mais críticos e mais amenos.

## **UMA CONCEPÇÃO MARXISTA PARA A CRISE ECONÔMICA**

Uma vez apresentadas as ideias ortodoxas e heterodoxas, podemos agora adentrar na interpretação marxista da crise econômica brasileira. Dado que o método dialético estabelece a análise do todo com as partes, das partes com o todo e a dinâmica conjunta de ambos, entender a crise brasileira pressupõe um entendimento mínimo da crise mundial. Parte-se, portanto, das elaborações de autores como Michael Roberts (2016), Michel Husson (2006), Alex Callinicos (2010), Andrew Kliman (2012) e David Harvey (2003) sobre a dinâmica da acumulação de capital mundial, apesar dos debates e das divergências entre os mesmos.

A economia mundial vive não somente uma crise de realização<sup>11</sup>, no sentido de crise de superprodução, mas uma crise de acumulação devido à principal contradição do sistema capitalista, a tendência decrescente da taxa de lucro<sup>12</sup> (MARX, 2014). O desenvolvimento do capital mercantil na forma do capital bancário e portador de juros, que muitos autores atuais denominam "capital financeiro", não vêm de uma disputa entre partes, ou frações da burguesia, cuja fração financeira consegue se sobrepor às demais conjunturalmente; vem do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e do seu caráter imperialista das relações políticas e econômicas que fazem do "rentismo" a principal forma de acumulação no período em que os monopólios e oligopólios dominam a economia e tendem cada vez mais a centralizar o capital (LÊNIN, 1987).

Os dados sobre a concentração de renda, disponibilizados na obra de Thomas Piketty (2013) e no relatório da Oxfam<sup>13</sup> (2014), comprovam que o problema da humanidade hoje não é escassez, ideia esta também defendida pelos pós-keynesianos (LAVOIE, 2006, p. 10). Nas ideias de Marx, sintetizadas por Carlos Eduardo Martins:

Forças produtivas, relações de produção e superestrutura ideológica constituem um conjunto articulado que fundamenta o modo de produção e produz as formas

---

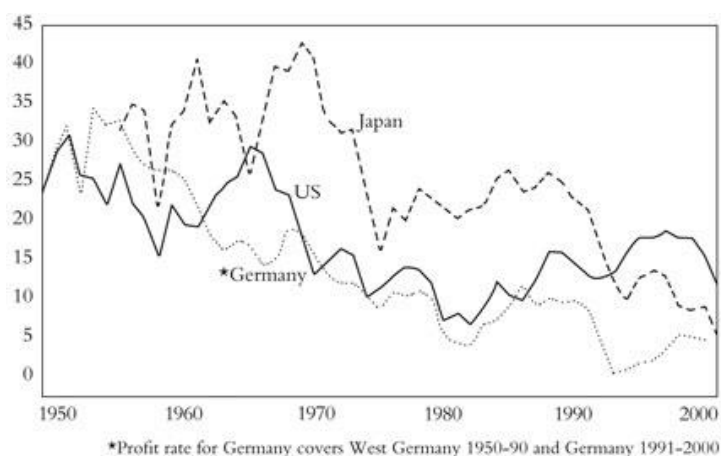
<sup>11</sup> Produzir, mas não ter para quem vender.

<sup>12</sup> Marx elabora esta tendência no livro III d'O Capital, que fala que o aumento da produtividade baseado na incorporação de máquinas e equipamentos mais eficientes, ou seja, no aumento tecnológico, ao aumentar o número de máquinas em relação ao número de trabalhadores faz a taxa de lucro decrescer no tempo, uma vez que a mais-valia, que dá base ao lucro, só é produzida por trabalhadores e não por máquinas. É importante destacar que esse comportamento só é válido na utilização de máquinas no modo de produção capitalista, de forma alguma quer dizer que a melhora tecnológica é ruim para a humanidade.

<sup>13</sup> Confederação de 17 organizações não governamentais oriundas do Comitê de Oxford de Combate à Fome (Oxford Committee for Famine Relief, 1942).

de vida dos homens. Podemos distinguir, no pensamento de Marx e Engels, três padrões gerais histórico-estruturais de relações entre o homem e a natureza. O primeiro, referente ao comunismo primitivo, em que os homens estão basicamente dedicados à reprodução de sua existência física, onde as forças produtivas e as relações de produção são incipientes. **O segundo, referentes aos modos de produção classistas, onde a expansão da produção dos meios de vida e o aumento populacional criam novas necessidades que organizam a sociedade para a geração do excedente.** O terceiro, ainda imaginário e utópico, mas cujas condições já se configuram parcialmente, em que a escassez seria abolida pela automação do trabalho e criação de relações de produção comunistas. (MARTINS, 2010, p. 33, grifos nossos)

Portanto, o problema do capitalismo mundial atual não reside em uma crise de realização ou de sobreacumulação, mas das contradições engendradas pelo sistema que foram levadas a exaustão, sendo a principal delas a Tendência Decrescente da Taxa de Lucro. Como podemos avaliar pelo gráfico abaixo sobre a economia americana, japonesa e alemã, a taxa média de lucro vem declinando a partir da década de 1970. O processo de expansão do capital fictício<sup>14</sup> vem, portanto, como forma de contra-tendenciar a queda da taxa de lucro. Como a expansão do capital portador de juros é uma expansão fictícia, descolada das bases produtivas, esse processo tende a gerar crises financeiras como forma de manifestação das crises de superprodução (MARX, 2014):

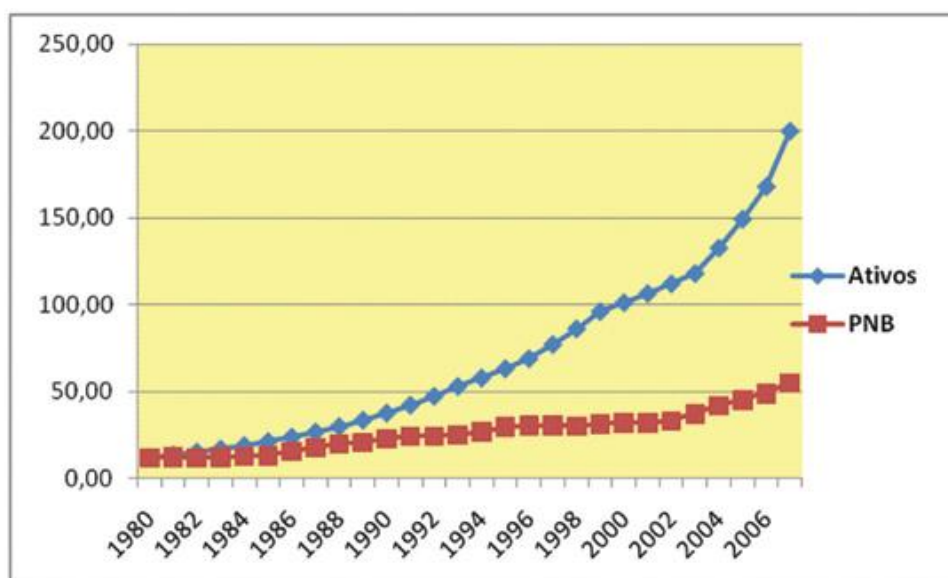


Fonte: Brenner apud Harman, 2007.

Neste segundo gráfico, elaborado por Leda Paulani (2010) a partir dos dados de

<sup>14</sup> Capital gerado nas operações financeiras e não nas operações produtivas.

Produto Nacional Bruto (PNB) mundial fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos valores dos ativos financeiros “não derivados” fornecidos pelo *McKinseys Institute*, podemos acompanhar que paralelo à queda da taxa de lucro cresce o capital fictício.



Fonte: Paulani, 2010.

Este processo de “financeirização” está no cerne do debate relativo à constatação ou não da tendência enunciada por Marx no livro terceiro d’O Capital, pois enquanto autores como Harvey afirmam que a massa de mais-valia cresce, outros, como Andrew Kliman (2015) afirmam que Harvey confunde a expansão da taxa de mais-valia com a expansão do capital fictício.

Os estudos sobre a taxa de lucro no Brasil apresentam tendências semelhantes às economias americana, alemã e japonesa, sejam de estagnação e expectativa de crescimento não concretizada, seja a partir do acompanhamento da variável “excedente operacional bruto” a partir das contas nacionais do IBGE (2016) para o período que vai de 2010 a 2014.

Ricardo Dathein (2008), baseado nos estudos de Marquetti e Maldonado (2007), aponta que no período que vai de 2003 a 2007, a taxa de lucro, medida pelo excedente

operacional, teve tendência de aumento, mas que historicamente, tal qual vimos no gráfico relativo aos EUA, Japão e Alemanha, a taxa vem em tendência histórica de decrescimento, sobretudo após 1980. Temos uma situação, portanto, em que a taxa de lucro, principal variável que possibilita o investimento, não tem dado retornos coerentes com a acumulação de capital e para nós é este fato que primeiramente barra a continuidade do investimento, por mais que o Estado tente garantir um ambiente favorável para o livre movimento do mercado – concepção neoclássica –, ou que induza o investimento – concepção keynesiana.

Apesar dos estudos apresentados sobre o decrescimento da taxa de lucro mundial e brasileira, esse também é um assunto complexo e polêmico, pela dificuldade que se tem de medir tal variável. A questão é que os autores partem de metodologias distintas para o cálculo da taxa de lucro<sup>15</sup>, por isso há margem para discussões como as de Harvey e Kliman anteriormente citadas. No entanto, nos evadindo dessa questão específica, podemos analisar os dados trimestrais do Produto Interno Bruto setorial do Brasil para acompanharmos a dinâmica da taxa de lucro.

Na Tabela 1 encontramos os valores adicionados trimestralmente, desde 2013 – ano em que eclodiu a crise política e último ano de expansão do PIB, dado que esse vinha em desaceleração desde 2011 – ao terceiro trimestre de 2017 – ou seja, os dados mais recentes até o término deste trabalho. Apesar de inúmeras discussões teóricas relativas ao o que é trabalho produtivo, ao que pode ou não ser considerado mais-valia, ou mesmo quais os fluxos de renda com o exterior e como eles afetam a dinâmica do capitalismo brasileiro; podemos perceber pelos dados separados por setor, que desde 2013, a economia vem entrando em crise, chegando à estagnação em 2014 e entrando em depressão de 2015 a 2017. Apesar de não podermos apontar especificamente os valores relativos à mais-valia, vemos que a economia como um todo sofre baixa – excetuando-se a agropecuária que, embora estagnada, apresenta leve crescimento –, dentro dela a

---

<sup>15</sup> Os autores marxistas utilizam o materialismo histórico dialético, a questão metodológica aqui apontada é sobre o que considerar mais-valia ou não, dado que hoje a mesma aparece sob múltiplas formas. O fato que é polêmico é sobre o que podemos contabilizar como mais-valia ou não dado os fluxos de renda e os fluxos do capital fictício. É nesse aspecto que os autores divergem metodologicamente.

variável lucro, ou seja, a base da mais-valia.

T.1 VALORES ENCADEADOS A PREÇOS DE 1995 COM AJUSTE (1 000 000 R\$)			
Trimestre	Agropecuária	Indústria	Serviços
2013.1	16 777	60 200	179 729
2013.2	17 395	62 359	182 513
2013.3	17 364	62 463	183 581
2013.4	17 444	61 984	184 356
2014.1	17 701	62 217	184 603
2014.2	17 394	60 280	183 723
2014.3	17 777	60 120	184 287
2014.4	18 038	60 650	184 787
2015.1	18 680	59 479	182 521
2015.2	18 089	57 464	179 819
2015.3	17 991	56 508	177 920
2015.4	18 274	55 765	176 975
2016.1	17 267	55 439	176 218
2016.2	17 323	55 650	175 192
2016.3	17 536	54 842	174 179
2016.4	18 007	54 189	172 957
2017.1	20 322	54 829	173 529
2017.2	19 858	54 584	174 834
2017.3	19 254	55 025	175 926

Fonte: Contas Nacionais, IBGE, elaboração própria.

Entendemos, baseado no que expomos nas seções anteriores, que a crise econômica mundial afetou a economia brasileira sob diversas formas: i) pela perda concreta de patrimônio devido à posse de créditos *subprimes* nas carteiras de parte da burguesia nacional, ii) pela crise de liquidez sofrida pelo crédito internacional, que chegou



a ser responsável por 25% do investimento no país até a eclosão da crise e iii) pela debilidade da demanda externa frente à exportação dos produtos brasileiros devido aos efeitos da crise mundial na economia dos demais países. Uma vez a economia nacional indo de mal a pior, o campo tornou-se fértil para a crise política que se instaurou em 2013, chegando ao ápice do impedimento de Dilma Rousseff em 2016, sendo que a crise permanece até hoje.

Mas uma vez que a expectativa de lucro não permite novos investimentos, como sair da crise em que o país se encontra? Como mencionado na seção anterior, o principal mercado responsável pelo crescimento econômico é o mercado de trabalho. Na concepção neoclássica, somente salários e contratos flexíveis, que possam ajustar a oferta à demanda por trabalho em um nível operacional "ótimo", pode fazer com que o país saia da crise e volte a ser "competitivo". Na visão keynesiana, principalmente em sua versão pós-keynesiana, a flexibilidade dos salários e contratos, na medida em que diminuem os salários, aliados à baixa do consumo do governo, farão a economia imergir numa recessão, sendo importante, portanto, seu oposto, ou seja, a manutenção do emprego, do investimento público como ativador da demanda e dos salários, na medida em que compõem a demanda efetiva.

Um exemplo que comprova a afirmação que fazemos é o artigo feito em parceria pelo diretor do departamento de economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Francini, e o economista-chefe do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Rogério César de Souza – ambos os institutos de visão majoritária, mas não única, ortodoxa – em que apontam como central para a crise brasileira o aumento dos salários acima da produtividade da indústria. Para os autores é este fato que depaupera os lucros e os investimentos, como podemos ver no gráfico abaixo extraído do artigo em questão. Na verdade não é o aumento dos salários que, por si só, depaupera o lucro, mas as contradições de longo prazo do modo de produção capitalista, sendo a principal delas a tendência decrescente da taxa de lucro. No entanto, o mercado de trabalho seria o cerne do que pode possibilitar um retorno ao ciclo de acumulação por

ser uma das principais contra-tendências à queda da taxa de lucro.

Fonte: Francini e Souza, 2014.



A análise marxista parte da ideia de que o capitalismo gera suas próprias crises e às resolve sempre as condicionando à geração de outras crises, maiores e mais severas. A ideia central é a de que a economia capitalista adapta-se, após suas crises, a novos ciclos de expansão que culminarão em novas crises, ou seja, supera barreiras aprofundando suas contradições até que uma nova barreira, mais forte, impeça a continuidade da acumulação de capital. Toda vez que se chega a uma delas, um novo arranjo institucional, que medeia a relação capital-trabalho, é necessário ser aplicado tendo a frente alguma contra-tendência importante à tendência decrescente da taxa de lucro ou um conjunto de contra-tendências, uma vez que, segundo Lênin (1987), desde o início do século XX a economia mundial entrou em sua fase imperialista suprimindo a livre concorrência.

Nas últimas décadas, junto com o movimento internacional de liberalização de capitais, a economia brasileira também desenvolveu seu mercado financeiro, sendo este, desde a década de 1970, um importante ator na economia nacional (TAVARES, 1973). Durante a década de 1980, conhecida como década perdida, a economia nacional passou por um longo período de ajuste a um novo ciclo de acumulação baseado nas ideias neoclássicas e na nova liberalização da economia, ideias disseminadas mundialmente pelo chamado Consenso de Washington.

Nesse sentido, o *mainstream economics*, ou ortodoxia, ditou e continua a ditar as mudanças. Aponta-se para mudanças estruturais que apostam no rebaixamento dos salários como principal contra-tendência à queda da taxa lucro; construção de cadeias globais de valor em que os setores, cuja burguesia nacional é forte, puxem o crescimento econômico e continuidade da acumulação; além do mecanismo da dívida pública, como forma mais segura e mais distributiva da mais-valia entre as frações da burguesia e da alta classe média. Mas uma vez esboçados a intencionalidade das mudanças na infraestrutura, precisamos analisar como as mesmas estão sendo impostas a partir da superestrutura, ou seja, precisamos analisar a disputa política nacional e a dinâmica da luta de classes no país.

## UMA ANÁLISE MARXISTA DA CRISE POLÍTICA

Partindo da hipótese de que a crise política – na superestrutura – é relacionada com a crise econômica – infraestrutura – e permanecendo na teoria marxista de que o ajuste econômico necessário precisa permitir um novo ciclo de acumulação a partir de uma ou mais contra-tendências à queda da taxa de lucro; a crise política só se resolverá uma vez resolvida a crise econômica.

Esmiuçando as contra-tendências de Marx presentes no livro três d'O Capital, encontramos: 1) Aumento do grau de exploração do trabalho, 2) Redução do salário abaixo do valor, 3) Barateamento dos elementos que formam o capital constante, 4) Comercio exterior e o 5) Aumento do capital fictício. É importante perceber que o conjunto dessas medidas não é aplicado estritamente na esfera econômica, pelo contrário, resolvem-se na esfera política, pois cada medida dessas só poderá ser aplicada e aprofundada no nível requerido, diante da dinâmica da luta de classes em cada região em que se deseja ampliar ou manter a taxa de lucro.

Um exemplo dessa disputa política foi o retorno de boa parte das plantas industriais que saíram dos países centrais para sudeste asiático nas décadas de 1980 e 1990 – medida que visava combater a tendência à queda da taxa de lucro por parte da burguesia destes países –, e que depois retornaram, seja por intervenção direta dos

Estados nacionais do centro do capitalismo – adoção de incentivos e subsídios, maior investimento em infraestrutura, ou através de legislações de conteúdo nacional –, seja pela pressão direta das organizações da classe trabalhadora através de sindicatos e similares<sup>16</sup>.

No Brasil opera-se no sentido de aprofundar todas as contra-tendências. A flexibilização dos contratos e terceirizações visam reduzir os salários abaixo do valor<sup>17</sup> da força de trabalho. O aumento da competitividade através do desenvolvimento da composição orgânica<sup>18</sup> do capital e crescimento do poder de influência nas cadeias globais de valor medeia todos os debates entre as frações da burguesia e visam atingir três contra-tendências, são elas: i) o aumento do grau de exploração do trabalho, ii) barateamento do capital constante e iii) disputa do comércio exterior. Já a mudança nas regras da previdência e medidas como a PEC 241/55 visam expandir a acumulação de capital via capital fictício a partir da solidez do balanço contábil da instituição que garante a moeda fiduciária, garantidora em última instância da propriedade privada e do próprio sistema capitalista nacional, o Estado brasileiro. Ou seja, que o governo consiga manter o pagamento da dívida pública em dia.

Uma vez que a crise econômica dava claros sinais de sua presença concretizada pelos levantes de junho 2013, em um primeiro momento foram tomadas medidas paliativas e redistributivas pelo governo em todas as esferas: passe livre estudantil em São Paulo, cidade do estopim das jornadas; pacote de medidas contra a corrupção e anulação dos projetos referentes à proibição do poder investigativo do Ministério Público e do retorno da classificação da homofobia, por parte do governo brasileiro, como doença mental; administração dos preços dos serviços públicos e empresas estatais para que não incidissem na inflação; aprofundamento de medidas de incentivo à economia com vista a segurar a taxa de desemprego, diminuir o déficit habitacional, melhorar o consumo de massas com base no crédito, etc. Mas apesar das medidas redistributivas, como a crise

---

<sup>16</sup> Sobre a volta de plantas industriais de empresas aos Estados Unidos <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/a-nova-migracao-da-industria>>

<sup>17</sup> Há hoje um debate entre os pesquisadores da Teoria Marxista da Dependência se a classe trabalhadora brasileira permanece recebendo salário abaixo do valor e quão abaixo do valor está os salários.

<sup>18</sup> Aumento de máquinas e equipamentos em relação ao número de trabalhadores.

econômica em si não foi solucionada, ou seja, resolvida estruturalmente permitindo um novo ciclo de acumulação, a crise política se intensificou, dado que a taxa de lucro continuou decrescendo.

As eleições de 2014 foram as eleições de segundo turno mais disputadas da história do país<sup>19</sup>, justamente por isso muitas das medidas paliativas de redistribuição, como a manutenção artificial dos preços dos serviços públicos e bens ligados a estes, foram mantidas até o final da campanha. A candidata vitoriosa logrou o resultado eleitoral a partir de promessas questionáveis de manutenção, dada a profundidade da crise econômica, como manutenção dos direitos trabalhistas, por exemplo, cuja classe empresarial pressiona por retirá-los no intuito de permitir um retorno das altas taxas de lucro.

Uma vez passada as eleições, o governo federal, tendo a frente a Presidente Dilma Rousseff, já eleita para um segundo mandato, iniciou os cortes nos incentivos à economia e fez o oposto de todas as políticas prometidas em campanha resultando na perda generalizada da confiança que a classe trabalhadora tinha no governo e permitindo que a crise econômica fosse sentida de modo mais severo tanto pela classe trabalhadora, como pela burguesia e também pela classe média. A função do Estado de mediar a relação entre as classes, ainda que sob a primazia de uma delas, a burguesia, permaneceu em cheque.

Com o governo incapacitado de resolver a crise econômica, a crise política mais se agravou. Quanto mais se agravava a crise política, mais a política econômica e fiscal do governo seguia a diretriz ortodoxa, neoclássica, a começar pela mudança de ministro da Fazenda, dado que o Ministério tinha a frente Guido Mantega<sup>20</sup> e passou a ter Henrique Meireles<sup>21</sup>. O governo já começava a perder o apoio da classe burguesa, a troca de ministro veio no sentido justamente de mostrar comprometimento com as mudanças estruturais apontadas pela ortodoxia que, em tese, resolveriam a crise econômica.

---

<sup>19</sup> Como podemos ver em <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>>

<sup>20</sup> Professor de Economia da Escola de Economia de São Paulo (EESP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), conhecido entre os ciclos empresariais, acadêmicos e políticos, como um economista mais ligado às idéias keynesianas, embora não necessariamente heterodoxas.

<sup>21</sup> Economista advindo do Fundo Monetário Internacional, com doutorado em Economia pela Universidade de Chicago, e conhecido nos mesmos ciclos como seguidor da ortodoxia econômica neoclássica.

Apesar da mudança, Dilma foi perdendo cada vez mais o apoio social e apoio político – na classe trabalhadora, burguesa e setores médios, uma vez que as medidas econômicas ortodoxas não resolveram a crise, pelo contrário, a aprofundou –, culminando na incapacidade do governo de passar medidas simples de ajuste fiscal como a prorrogação e alteração na Lei de Desvinculação de Receitas da União (DRU<sup>22</sup>). A crise política se intensificou cada vez mais, era perceptível que o governo havia perdido a capacidade de governar e que o mesmo não teria capacidade de resolver a crise econômica.

Após numerosos pedidos de *impeachment* barrados no congresso, resolveu-se pela admissibilidade de um deles com base à utilização de “créditos suplementares” sem autorização do congresso nacional, medida corriqueira nos governos anteriores brasileiros e principalmente entre governos mundo a fora como medida anticíclica perante a crise de 2008.

Muitas análises sociológicas, econômicas e políticas apontam como fonte da crise política a disputa em Brasília entre os diversos partidos, disputa protagonizada pelo então presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, e alguns outros atores de outros partidos. Outras análises, ligadas ao Partido dos Trabalhadores e a outros partidos políticos de esquerda, críticos do governo, apontaram a saída de Dilma como um golpe parlamentar, orquestrado por um congresso quantitativamente mais reacionário que a média histórica e com base em uma classe média com instintos fascistas, conceito este polêmico também quanto a sua definição<sup>23</sup>.

Entendemos que o desfecho da crise política que derrubou Dilma Rousseff, se deu pela forma de atuação da burguesia frente à má atuação de seus representantes políticos, fato já preconizado por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista de 1848, ou seja, a burguesia, estando à frente do estado burguês, encontrou uma forma de substituir seus

---

<sup>22</sup> Proposta só terminou de ser votada no senado com a presidência já sob a pose de Temer <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/senado-aprova-em-primeiro-turno-pec-que-prorroga-dru-ate-2023.html>>

<sup>23</sup> Para saber mais sobre as polêmicas envolvendo a definição de fascismo e o próprio conceito sobre o qual partimos neste trabalho, indicamos a obra “Sobre o Fascismo” de Ernest Mandel e Leon Trotsky, 1976. Adiantamos que entendemos fascismo como “terror de massas” e que somente em conjunturas muito específicas este pode florescer.

representantes – governo federal e equipe econômica – através de uma manobra jurídica, sem a necessidade de mudança de regime político – diferente do golpe de 1964, que mudou as bases da democracia brasileira fechando o regime político e aplicando o autoritarismo – sem esta manobra ter base em uma suposta “fascistização” da sociedade brasileira, uma vez que a legislação relativa aos direitos civis manteve-se a mesma e que o processo de *impeachment* seguiu os ritos preconizados pela Constituição, ou seja, a manobra jurídico-parlamentar se deu por dentro dos mecanismos da própria democracia burguesa.

Esta hipótese é confirmada pela discussão atual em Brasília, em torno da mudança da relação entre os poderes, discute-se mudar do presidencialismo ao parlamentarismo, ou seja, diminuir o poder do executivo em face do legislativo, o que facilitaria a mudança de equipe econômica em momentos de crise sem precisar recorrer a alternativas desgastantes como processos de *Impeachment*. É importante não deixar de reconhecer que diante do agravamento da crise econômica e política no país a luta de classes tende a se acirrar, porém este acirramento não tem, em nossa visão, como dar vazão a um processo fascista<sup>24</sup> pela falta de condições materiais que possibilite o florescimento desde.

Ainda assim, derivados da discussão da segunda seção deste artigo sobre base e superestrutura, não afirmamos neste trabalho, que dada a crise econômica brasileira, o único caminho que o país poderia ter seguido foi o que ocorreu. Isso seria uma visão mecanicista e determinística da relação entre base e superestrutura. A solução encontrada pela burguesia brasileira, a que denominamos de “manobra jurídica-parlamentar”, foi uma saída entre tantas possíveis. No entanto, em acordo com a citação de Engels na segunda seção deste artigo, o fator econômico se impôs exigindo uma resolução rápida – a que fosse possível – para a crise econômica. Porém, apesar da posse do vice-presidente Michel Temer, a crise política brasileira permanece aberta, ora se agravando, ora arrefecendo.

---

<sup>24</sup> Na obra organizada por Ernest Mandel que contém textos de Leon Trotsky chamada “Sobre o Fascismo” (1976), é discutido o tipo de conjuntura que permite o desenvolvimento de regimes fascistas e o tipo que não. Em nosso ponto de vista a sociedade brasileira acirra-se politicamente, mas não encontra bases materiais para desenvolvimento de movimentos fascistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no conteúdo das seções apresentadas, entendemos que a crise política nacional, agravada em 2016, é continuidade da crise política aberta em 2013 e que teve como pressuposto a crise econômica pela qual o país passa, sentida a partir de 2011, em conjunto com a crise econômica mundial eclodida em setembro de 2008. Ambas as crises econômicas são interpretadas de modo distinto das ideias relativas à visão ortodoxa, neoclássica; e heterodoxa, pós-keynesiana, da economia.

Enquanto a ortodoxia parte da noção de equilíbrio de mercado e aponta que a intervenção do governo é a principal perturbadora desse equilíbrio, tendo sido a causadora da crise em última instância, a heterodoxia considera estritamente necessária a intervenção do Estado para gerir o mercado diante de suas falhas. A crise, para esta segunda visão, tem raízes histórico-estruturais baseadas nas contradições do capital apontadas por Marx e Keynes, no entanto, para a heterodoxia, uma intervenção mais acertada do Estado na economia poderia resolvê-la por meio de uma política fiscal e econômica mais distributiva e de defesa do emprego.

Para a visão que reivindicamos marxista, visão diferente da heterodoxia e da ortodoxia pela questão metodológica explicada na quarta seção do presente trabalho, a crise, embora tenha raízes histórico-estruturais baseadas nas contradições apontadas por Marx, não pode ser solucionada, mas apenas administrada mediante a correlação de forças dada pela luta de classes no país.

Sobre a própria dinâmica da luta de classes e seu processo dialético, a principal contradição engendrada pelas relações de produção capitalistas nesta esfera é o fato das mesmas relações, que durante seus anos de implantação no Brasil, terem conseguido avançar as forças produtivas e o nível de bem-estar parcial da população, hoje pressionem para o rebaixamento das condições de vida e aumento generalizado do nível de exploração.

Assiste-se no Brasil ao recrudescimento da luta de classes, com greves setoriais



de trabalhadores<sup>25</sup> espalçadas por todo o país e protestos estudantis que, proporcionalmente ao tamanho da população e rede educacional, já superou o levante secundarista e universitário dos estudantes chilenos do triênio 2010-2012<sup>26</sup> , embora atualmente tenha aparentemente se atenuado. Como o processo é dialético e encontra-se ainda em aberto, seu desfecho ainda não está dado e partimos da ideia de que mesmo o apontamento de tendências, na atual conjuntura, seria bastante impreciso. Estamos nos momentos citados por Engels e por Williams em que fazemos nossa própria história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLINICOS, Alex. **Bonfire of illusions**. New York: John Wiley, 2010.

CARDIM DE CARVALHO, Fernando. **Bretton Woods aos 60 anos**. In: Novos Estudos CEBRAP, 2004, N° 70.

CHICK, Victoria. **Macroeconomia após Keynes: um reexame da teoria geral**; trads. Jefferson Chaves Boechat, Daniel Camarinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

DATHEIN, Ricardo. **Crescimento, investimento e taxa de lucro na economia brasileira**. XI Encontro da ANPEC sul, 2008. Disponível em <[http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-03-crescimento\\_investimento.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a2/ANPEC-Sul-A2-03-crescimento_investimento.pdf)>

DEQUECH, D. **Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics**. Journal of Post Keynesian Economics, 2007, 30(2).

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital**. São Paulo: Editora 34, 2000.

---

<sup>25</sup> Sobre greves e paralizações setoriais e nacionais <<http://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/22-de-setembro-centrais-sindicais-dia-nacional-de-paralisacao-rumo-greve-geral-nenhum-direito-menos>>

<sup>26</sup> Sobre os protestos estudantis chilenos

<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110715\\_chile\\_protestos\\_vladimir\\_marcia\\_rw.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110715_chile_protestos_vladimir_marcia_rw.shtml)>

ENGELS, Friedrich. **Carta à J. Bloch**. In: PEÑA, Milcíades. **O que é marxismo**. São Paulo: Sundermann, 2014.

FRANCINI, Paulo; SOUZA, Rogério César de. **Análise IEDI: indústria**. Disponível em <[http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise\\_iedi\\_20140924\\_industria.html](http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20140924_industria.html)>

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

HANSEN, Alvin Harvey. **Economic issues of the 1960s**. New York : McGraw-Hill, 1960.

HARMAN, Chris. **A taxa de lucro e o mundo atual**, 2007. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/harman/2007/mes/taxa.htm>>

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2003.

HICKS, John Richard. **Value and capital: an inquiry into some fundamental principles of economic theory**. Oxford: Clarendon Press, 1965.

IBGE. **Revista Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2016, nº 52.

KLIMAN, Andrew. **The failure of capitalist production**. London: Pluto press, 2012.

\_\_\_\_\_. **Harvey versus Marx on Capitalism's Crises Part 1 and 2: Getting Marx Wrong and Getting Profitability Wrong**. London: Pluto press, 2015.

LAVOIE, Marc. **Foundations of post-keynesian economic analysis**. Cheltenham: Edward Elgar, 1992.

\_\_\_\_\_. **Introduction to post-keynesian economics**. Basing stoke - New York: Palgrave

Macmillan, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**; trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1987.

MANDEL, Ernest. **Sobre o fascismo**. Sel. de textos L. Trotsky; trad. M. Rodrigues. Lisboa: Antidoto, 1976.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. V. 5.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse: manuscritos economicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**; trad. Mario Duayer ... et al. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas: 1845-1846**; trad. Rubens Enderle, Nelio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do partido comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

NEIBURG, F. (2004). **Economistas e culturas econômicas no Brasil e na Argentina**. Tempo Social, 16(2).

OXFAM. **Uma economia para o 1%**. Filipinas, 2014, disponível em <<http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf>>

PAULANI, Lêda. **O Brasil na crise da acumulação financeirizada**. IV Encuentro Internacional Economia Política y Derechos Humanos, 9 a 11 de setembro, 2010.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRADO Jr, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense 2012.

KEYNES, J. Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1983, Coleção Os Economistas.

RODRIGUES, Edgar. **História do Movimento Anarquista no Brasil**. Piracicaba: Ateneu Diego Gimenez, 2010.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Economics: an introductory analysis**. New York: McGraw-Hill, 1967.

SAUVIAT, Catherine. **Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário**. In: CHESNAIS, François (org). **Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, J. Carlos de (José Carlos de). **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.

WILLIAMS, R. **Base e superestrutura na teoria da cultura marxista**. In: WILLIAMS, R. **Cultura**

e materialismo. São Paulo: UNESP, 2011.



**REVICE - Revista de Ciências do Estado**  
**ISSN: 2525-8036**  
v3.n.1 JAN-JUL.2018  
Periodicidade: Semestral

[seer.ufmg.br/index.php/revice](http://seer.ufmg.br/index.php/revice)  
[revistadece@gmail.com](mailto:revistadece@gmail.com)

ALVES, Valder Jadson Costa. A crise brasileira contemporânea e seu lugar nas ideias sociais e econômicas  
Data de submissão: 30/08/2017 | Data de aprovação: 03/10/2017

**A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.**

Como citar este artigo:

ALVEZ, Valder Jadson Costa. A crise brasileira contemporânea e seu lugar nas ideias sociais e econômicas. In: *Revice - Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 238-274, jan./jul. 2018.